

PF pede recadastramento de índios aposentados do Oeste

Solicitação foi encaminhada ao INSS pelo delegado Domicio Figueiredo, que apura denúncias na Reserva Xaçecó

Ângela Bastos
FLORIANÓPOLIS

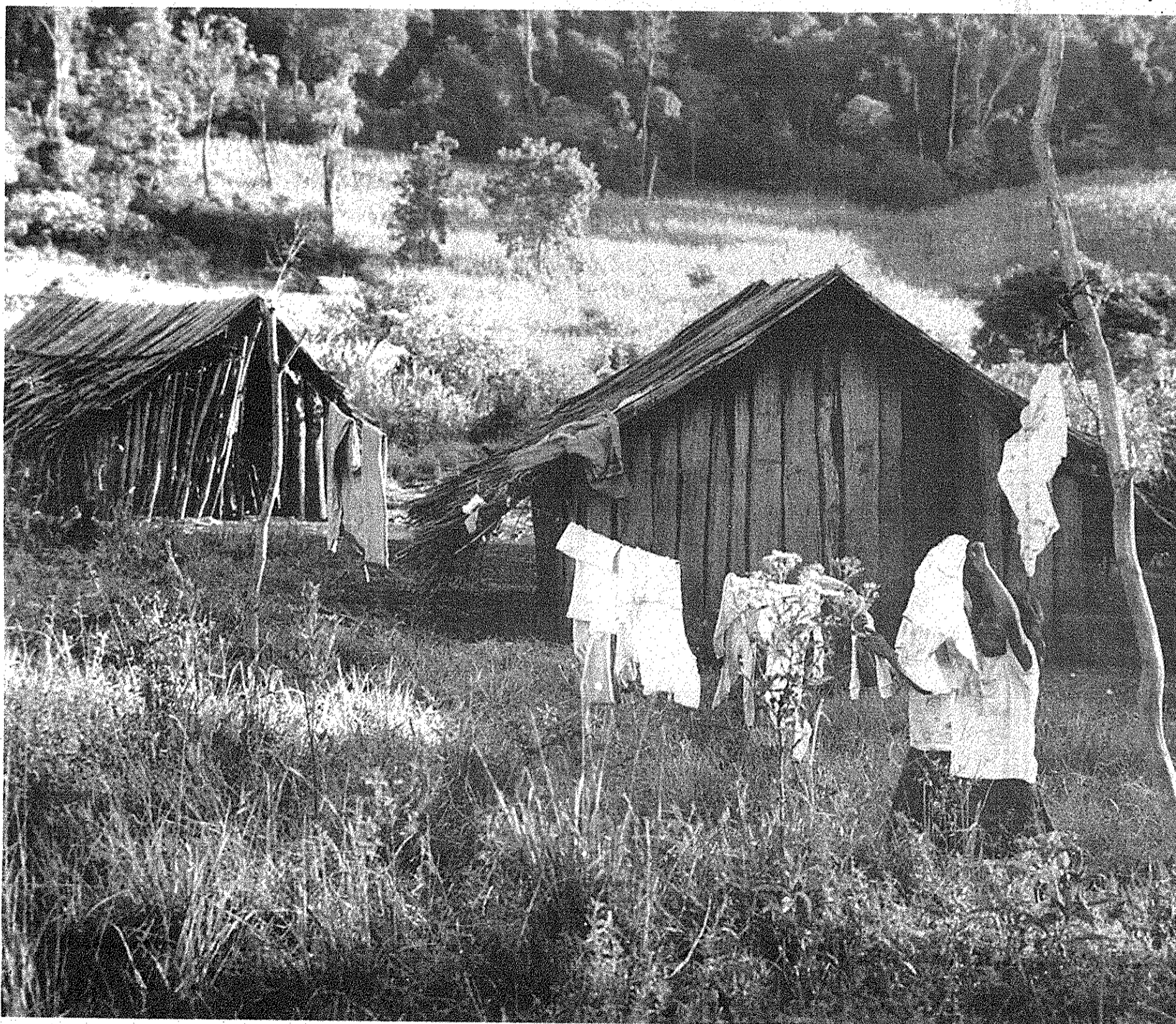
Os índios aposentados da Reserva Xaçecó, no município de Ipuacu, Oeste do Estado, serão recadastrados a pedido da Polícia Federal. Solicitação nesse sentido foi encaminhada à Superintendência do INSS em Santa Catarina pelo delegado Domicio Sathler Figueiredo, lotado em Dionísio Cerqueira e responsável pelas investigações que apuram denúncias de irregularidades naquela área indígena. No dia 11 de junho chegou à Superintendência do INSS, em Florianópolis, o ofício 093, datado de 23 de maio, solicitando a auditoria nos benefícios visando apurar crimes.

O expediente foi remetido em 20 de junho para a gerência de Seguridade Social, estando o trabalho em andamento pela gerência de Chapecó. O prazo para a conclusão ainda não está definido. Ontem à tarde, o delegado Figueiredo remeteu para a Justiça Federal, em Chapecó, um dos dois inquéritos. Dias atrás, o federal havia enviado o resultado parcial das diligências, ocasião em que aproveitou para justificar o pedido de prorrogação de prazos para a continuidade dos trabalhos. "Precisamos de uma providência que extrapole as nossas atribuições, que é a realização de uma recontagem dos aposentados", disse o policial.

ESTELIONATO - A Polícia Federal, diante do clima tenso que se instalou na área com a publicação das denúncias pelo Diário Catarinense, colocou efetivo à disposição dos auditores do INSS. A PF instaurou dois inquéritos: num deles foi investigada a exploração praticada por comerciantes dos municípios de Ipuacu, Entre-Rios e Marema. Foram indiciados por crime de estelionato os irmãos Sadi, Avelino e Gentil Ribeiro Lemos, e José Luis de Melo. Os quatro confessaram que se apropriaram dos cartões magnéticos e senhas dos aposentados, obrigando os indígenas a retirar o salário em alimentos de suas bodegas. Se a Justiça Federal aceitar o indiciamento, os comerciantes ficam sujeitos a pena que varia de um a cinco anos de prisão.

Entre os poucos quilos de comida eram colocados litros de cachaça. A venda de bebida alcoólica para indígenas fere o Estatuto do Índio, sendo agravante. O delegado federal não quis se manifestar sobre os inquéritos por entender que declarações poderiam prejudicar o andamento. Uma das investigações diz respeito à participação de funcionários da administração da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas irregularidades. Na primeira fase das diligências foram ouvidos seis comerciantes - incluindo os quatro indiciados -, dois servidores do INSS de Xanxerê e dois da administração regional da Funai, entre eles o cacique e chefe do posto Valdo Correa da Silva.

Valdo, que é acusado pelos índios de se beneficiar com arrendamento de terras, venda de madeira e convênios com uma empresa para o uso das terras, negou que soubesse das irregularidades.



RECONTAGEM: Num dos inquéritos instaurados pela PF foi investigada a exploração praticada por comerciantes contra índios de Ipuacu, Entre-Rios e Marema. DANIEL CONZIL/DC/abr 97

ENTENDA O CASO

De 15 a 19 de abril o Diário Catarinense publica a série *Índios do Sul*, mostrando como vivem os 24 mil Kaingang, Xokleng e Guarani nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A reportagem mostra o estado de miséria a que estão submetidos os indígenas, que fazem parte do *Mapa da Fome*, divulgado há dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos. Não bastasse isso, os povos enfrentam doenças como gripe, tuberculose e Aids. Uma das situações mais graves constatadas pelos repórteres se dá na Reserva Xaçecó, na divisa dos municípios de Ipuacu, Entre-Rios e Marema.

Na Aldeia Linha Limeira, um grupo Guarani relata a exploração: os cartões magnéticos e senhas estão nas mãos de comerciantes da região, os quais mensalmente recebem as aposentadorias pagas pela Previdência Social. Uma lista contendo os nomes é entregue pelo DC à procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia Hartmann, que solicita a abertura de inquérito. A delegacia da Polícia Federal em Dionísio Cerqueira - que abrange o Oeste do Estado - começa as diligências para apurar as investigações. A matéria mexe também com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que se coloca à disposição das autoridades. Há

algum tempo o Cimi vinha recebendo informações de que uma quadrilha vinha roubando os indígenas da região.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa decide intervir em nome dos indígenas, aprovando proposição do deputado Pedro Uczai (PT). Além de visitar as áreas indígenas, os deputados se comprometem em elaborar um relatório que deveria ser levado à Procuradoria da República. A reportagem também enfocou a difícil situação em que se encontra os Xokleng, no município de José Boiteux, que há 20 anos aguardam pela indenização de suas terras ocupadas por uma barragem.